

DEFINIÇÕES POPULARES E A FORMAÇÃO DE CONCEITOS

Ana Cristina Pelosi Silva de Macedo*

Resumo

Definições populares empregadas por trinta falantes do português brasileiro para expressarem o conceito transmitido pelos supraordenados de nove categorias semânticas são analisadas à luz do modelo psicolinguístico de categorização semântica proposto por Markovitz (1977). As respostas dos sujeitos ao descreverem atributos e funções associadas com o conceito da categoria foram comparadas com respostas obtidas por um grupo de setenta e seis sujeitos falantes do inglês americano que participaram de um estudo similar realizado por aquela autora. Embora os resultados da análise apontem para uma estreita correspondência lingüística entre os comportamentos dos dois grupos, eles destacam o fato de que peculiaridades específicas à cultura também existem e estas irão governar a frequência e o uso de certas relações semânticas. Espera-se que a análise relatada neste artigo sirva como um pequeno passo para lançar luz sobre o fato de que a formação de conceitos reflete o contexto sócio-cultural onde estes são construídos.

INTRODUÇÃO

A formação de conceitos numa dada língua encontra-se estreitamente ligada ao contexto sócio-histórico cultural compartilhado pelos membros da comunidade. Contrário ao que propõe a teoria clássica tradicional, os conceitos, notadamente os que se ligam à categorias semânticas de objetos e seres vivos, não se constituem da simples conjunção de um número essencial e suficiente de componentes primitivos do significado que se combinam para formar estruturas mais complexas, semelhantes a moléculas, conforme a visão empirista de Locke (1690, apud Eysenck e Keane, 1994).

Embora a teoria clássica possa, até certo ponto, mostrar-se satisfatória para a definição de conceitos formais, tais como os que envolvem critérios matemáticos, formas

geométricas, etc; a evidência de outros estudos nesta área (Rosch, 1973; 1975; 1978) tem demonstrado que, em se tratando de categorias naturais de objetos que encontramos no dia-a-dia, tal teoria simplesmente não se prova verdadeira. Rosch (1973), por exemplo, através de uma série de experimentos, reuniu evidência de que indivíduos consistentemente concordam em atribuir graus de filiação a instanciações das categorias. Tais resultados demonstram que a filiação dos vários membros dentro de uma classe conceitual em vez de rígida e bem definida é, ao contrário, graduada. Isso implica dizer que o status de membro dentro de uma dada categoria semântica não resulta da posse por parte de cada membro de um número essencial de atributos tomados individualmente como necessários e, em conjunto, considerados suficientes para filiação. (v. Rosch e Mervis, 1975; Rosch, Simpson e Miller, 1976). Ao contrário do que tem sido tradicionalmente proposto a formação de conceitos parece assim ser um processo dinâmico e sensível ao contexto sócio-cultural onde tais conceitos se estabeleceram. Nesta linha de pensamento podemos afirmar, conforme propõem Murphy e Medin (1985) que é o conhecimento de mundo das pessoas (i.e. suas experiências de vida, que incorporam crenças sociais e idiossincráticas assim como também fatores culturais e/ou ambientais) que contribuirá para estruturar os atributos que são inerentes a um conceito e ajudará a relacionar conceitos dentro de um dado domínio.

Em vista do acima exposto, podemos melhor avaliar porque a pesquisa intercultural sobre a formação de conceitos é necessária e relevante. Sob um aspecto notadamente teórico a pesquisa nesta área possibilita a aquisição de um maior conhecimento sobre aspectos do significado que parecem ser compartilhados interculturalmente ao passo que também serve para identificar outras particularidades do significado que parecem estar especificamente ligadas a fatores histórico socio-culturais e ambientais onde os conceitos se estabeleceram. Por outro lado, a pesquisa intercultural sobre a formação de conceitos é também relevante do ponto de vista

* Professora do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará.

da lingüística aplicada visto que a pesquisa nesta área poderá vir a suprir deficiências encontradas nas definições formais encontradas geralmente em dicionários bilíngües. Como exemplo de tais deficiências podemos citar o fato de que, dicionários renomados tais como o Novo Michaelis - Dicionário Ilustrado, edição de 1982, ou o Oxford Advanced Learner's Dictionary, impresso em 1994, definem a palavra **engineer** (engenheiro, em português) basicamente como: engenheiro, técnico, mecânico, e maquinista de locomotiva. E a palavra **professor** (professor, em português) como: professor: aquele que professa, lente, docente.

Contudo, além dos significados supra citados, tais palavras assumiram devido a fatores de ordem histórico-social, no caso do inglês britânico, sentidos mais abrangentes.

A palavra **engineer** /ɪndʒɪ'niə/, por exemplo, é usada corriqueiramente com referência a um indivíduo que, por profissão, conserta máquinas de modo geral, e não somente para designar mecânicos cuja ocupação, pelo menos na nossa cultura, restringe-se àquela de consertar veículos, ou ainda para denotar o conjunto de pessoas formadas em uma das engenharias.

A palavra **professor** /pro'fesər/, igualmente, difere da palavra professor /profe'sor/, em português. No inglês britânico, esta é usada com referência ao indivíduo cujo perfil e atuação acadêmicas o distinguem como um *expert* na sua área de conhecimento, havendo já publicado artigos e/ou livros de renome internacional. Não simplesmente um lente ou membro do corpo docente de uma universidade independente do seu desempenho acadêmico.

Como os exemplos acima ilustram, as definições contidas nos dicionários deixam amiúde de destacar aspectos importantes do significado dos itens lexicais definidos o que cria, muitas vezes, uma deficiência no aprendizado de vocabulário da língua estrangeira. Tal falha reflete-se desfavoravelmente sobre o desempenho do aprendiz, mesmo no daqueles mais fluentes, quando comparado ao desempenho de falantes nativos.

Esta é uma falha que, acreditamos, possa ser minimizada a partir de estudos interculturais sobre formação de conceitos tais como o que relatamos a seguir.

O ESTUDO

O presente trabalho baseia-se nos resultados da análise de parte dos dados colhidos através de entrevistas com 30 falantes nativos do português brasileiro que participaram como sujeitos voluntários da minha pesquisa de doutoramento. O objetivo das entrevistas foi colher e catalogar definições que permitissem um melhor conhecimento a respeito de alguns aspectos dos significados popularmente ligados aos conceitos transmitidos pelos supraordenados (i.e. os rótulos) de dez categorias semânticas (ver tabela 1) selecionadas dentre aquelas contidas nas normas de frequência de respostas de Battig and Montague (1969). Os comentários que compoem a análise intercultural resultam da comparação dos dados colhidos através deste

estudo com dados colhidos anteriormente por Markovitz (op. cit.) através de entrevistas semelhantes realizadas com 76 falantes nativos do inglês americano.

Tabela 1

Lista das categorias e itens usados como estímulos

Animal	cachorro, vaca, <i>veado</i> , esquilo, taratuga, <i>cobra</i> , elefante.
Bebida	leite, café, suco, cidra, sopa, cerveja, chá.
Combustível	óleo, carvão, madeira, papel, vapor, álcool, gás
Mobília	cadeira, abajur, cômoda, banquinho, quadro, cama, mesa
Inseto	mosca, formiga, gafanoto, pulga, centopéia, barata, aranha
Tempero	sal, pimenta, alho, ketchup, nozes, salsa, ervas
Brinquedo	boneca, bloco, soldado, balão, balanço, conjunto de pintura, ursinho, bola
Árvore	carvalho, pinheiro, videiro, salgueiro, palmeira, bambu, mangueira
Arma	árvore, bomba, arco e flecha, vara, pedra, granada, faca

O MODELO UTILIZADO

Para a organização e análise dos dados colhidos a partir das entrevistas, utilizamos o modelo psico-semântico proposto por Markovitz (op. cit.). O modelo é uma hierarquia formada por quatro níveis. Os dois primeiros níveis dão conta da estrutura semântica básica de cada uma das categorias enquanto que os dois últimos níveis contêm informação de natureza psicológica no que diz respeito a variáveis que podem estar envolvidas em comportamentos de categorização semântica. Segundo este modelo, a organização de itens lexicais em categorias semânticas depende não apenas de interrelações de natureza léxico-semânticas mas também de variáveis de cunho psicológico tais como as incluídas nos níveis 3 e 4 do modelo. (ver tabela 2, abaixo).

As definições que obtivemos dos sujeitos brasileiros foram comparadas, na medida do possível, com as definições dos 76 falantes nativos do inglês americano que foram usados no estudo realizado por Markovitz (op. cit.).

PROCEDIMENTO EXPERIMENTAL

Os dados que compõem as definições foram elicitados em duas etapas. Os sujeitos foram primeiramente encorajados a expressarem-se livremente acerca do significado do nome de cada uma das categorias. Isto resultou numa variedade considerável de definições. Este procedimento conhecido como "folk definition" (definição popular, em português) é capaz de capturar fatos sobre as categorias e seus membros que são espontaneamente fornecidos pelos sujeitos.

Depois que o sujeito havia esgotado suas explicações sobre o significado da categoria, ele era solicitado a responder perguntas específicas a respeito de cada categoria. Alguns exemplos de perguntas utilizadas nas entrevistas estão listados abaixo:

O que é X, para você ?

De que é feito normalmente ?

Você poderia dividir X em sub-categorias? Em caso afirmativo, quais ?

Para que é X normalmente usado ?

Onde, normalmente, encontramos X ?

Onde X, representava o rótulo da categoria (i.e. o termo supraordenado).

Numa segunda etapa, os sujeitos tiveram também que alinhar itens incluídos sob os rótulos das várias categorias, segundo grau de filiação dentro da mesma. O(s) melhor(es) item(itens) (i.e. os mais prototípicos) sendo listado(s) em primeiro lugar e os demais itens após este(s), numa escala ascendente de 1 a 7.

Tabela 2
Modelo psicosssemântico utilizado no estudo
(Adaptado de Markovitz, 1997)

Nível 4	
Processos Psicológicos	Dominância de categoria Frequência de ocorrência Contexto
Nível 3	
Processos Psicológicos	Atributo dominante Semelhanças familiares Escalas
Nível 2	
Relações semânticas	Taxonomia Modificação Parte-Todo Para Agente Experienciador Objeto Locativo
Nível 1	
Itens Lexicais	Nome da categoria Nome dos membros Nome dos atributos

ANÁLISE QUALITATIVA DE ALGUMAS DAS DEFINIÇÕES

Dez categorias foram utilizadas no estudo.(ver tabela 2). No presente trabalho resumimos comentários a respeito das definições obtidas para três destas, a saber, **Animal**, **Bebida** e **Brinquedo**. As definições revelam pontos interessantes de convergência na conceituação dos dois grupos de sujeitos e ao mesmo tempo deixam transparecer pontos divergentes que aparentemente se ligam a aspectos sócio-culturais específicos.

ANIMAL

Ao expressarem conceitos associados ao supra-ordenado das várias categorias, tanto os sujeitos brasileiros quanto os americanos fizeram uso de definições que iam

daquelas comumente encontradas em dicionários, tal como “Animais são seres vivos que respiram”, àquelas meramente afetivas do tipo: “Cobras! Eu as odeio. Que coisa nojenta!”

Freqüentemente, de modo similar ao comportamento adotado pelos sujeitos americanos, os sujeitos brasileiros definiam por extensão, ou seja, listando outros itens que, na sua opinião, eram também membros da categoria. Por exemplo, diziam : “Prá mim tartaruga, inseto, gato, tudo é animal.”

A relação de taxonomia, usada para indicar hiponímia ou filiação dentro uma categoria, foi utilizada com muita freqüência por parte dos dois grupos de sujeitos. Tal relação pode ser usada tanto para atribuir filiação completa em definições tais como: “Um animal é um ser vivo”, quanto para atribuir filiação duvidosa o que é feito através do uso de delimitações lingüísticas (linguistic hedges) tais como “mais um tipo de” “mais uma espécie de”, em português. Por exemplo, alguns sujeitos disseram que “Tartaruga é mais um tipo aquático”, delimitando assim a filiação do item *tartaruga* dentro da sub-categoria de **Animais Aquáticos** e ainda assim expressando filiação não totalmente clara, o que é indicado pela presença da delimitação lingüística “mais um tipo”. Isto é, o sujeito não diz que tartaruga é um animal aquático e sim que é mais um tipo de animal aquático, restringindo assim a completa inclusão do item na sub-categoria.

A tendência de conferir filiação parcial através do uso da relação taxonômica mais o emprego de uma delimitação lingüística foi muito comum nas definições de todas as dez categorias usadas no estudo. Delimitações lingüísticas tais como “mais um(a)” ou “como” ou ainda “semelhante a” estabelecem um contraste entre uma dada categoria e uma categoria alternativa no mesmo nível de inclusão. Outros exemplos de definições envolvendo filiação não totalmente clara foram observadas também para outras categorias. Assim, para alguns sujeitos brasileiros *abajur* era mais **Decoração** que **Móvel**, *facã* era mais utensílio que **Arma**, *arco* e *flecha* era mais semelhante a **Esporte** que propriamente **Arma**. Tais definições revelam a natureza nebulosa (fuzzy) dos conceitos ligados às categorias usadas no estudo e ressaltam o fato de que categorias semânticas não exibem estrutura rígida com fronteiras bem definidas.

É interessante notar que há vários pontos de convergência entre as definições dos brasileiros e americanos com respeito à categoria **Animal**. Este fato deixa transparecer aspectos importantes da formação deste conceito que são compartilhados inter-culturalmente pelos dois grupos.

Por exemplo, tanto os brasileiros quanto os americanos consideraram o conceito **Animal** como englobando principalmente criaturas quadrúpedes que vivem sobre a terra e se movem por vontade própria. Quando os sujeitos expandiam mais suas explicações sobre o significado do conceito para eles, notamos que os mesmos demonstravam nas suas definições uma mistura de conhecimentos particulares ou compartilhados a respeito do conceito. Assim, o conhecimento dos brasileiros a respeito da taxonomia

biológica era, na maior parte, muito superficial. Este consistia geralmente de porções de informações aceitas idiossincraticamente com base, às vezes, em definições encontradas em livros textos ou dicionários. A maioria dos sujeitos portanto, começava suas definições apresentando sua própria concepção do significado da categoria. Eles produziam, por exemplo, orações do tipo “Animais, para mim, são criaturas terrestres, de um certo porte.” Daí, alguns complementavam dizendo “mas eu sei que até mesmo insetos são animais, porque são seres vivos que respiram.”

Algumas dessemelhanças interessantes na estrutura conceitual da categoria **Animal** foram também detectadas nas definições dos brasileiros quando comparadas com as definições providas para esta categoria pelos sujeitos americanos.

Por exemplo, segundo a pesquisa realizada com os sujeitos americanos estes sempre definiram **Animal** na estrutura taxonômica como objetos animados (seres vivos) nunca classificados como **Instrumentos** ou **Meios** que pudessem ser utilizados ou manipulados para a realização de certos propósitos específicos. Isto, contudo, já não ocorreu nas definições dos brasileiros. A maioria dos sujeitos brasileiros tornou evidente nas suas definições e nas respostas elicitadas durante a entrevista que categorias de objetos animados tais como **Animais** e **Insetos** têm associado com as mesmas o cumprimento de certas funções, como por exemplo, a produção de alimentos. Este fato é especialmente observado para a sub-categoria **Animais da Fazenda**. A natureza instrumental de tais categorias portanto as torna muito semelhantes a **Meios** ou **Instrumentos** sob o controle do homem para a realização de propósitos necessários tais como o transporte, a produção ou o fornecimento de alimentos além de outras matérias primas necessárias. Essa diferença na estrutura do conceito Animal entre os sujeitos brasileiros e os americanos resultou na classificação do mesmo, por parte do grupo de brasileiros, tanto como hipônimo de **Criatura** em oposição a outros **Seres Vivos** (i.e. vegetais, plantas, insetos) e como hipônimo de **Meio/Instrumento** onde se opõe a **Objetos Inanimados**, tais como substâncias e ferramentas.

Outra diferença entre as definições dos sujeitos brasileiros e aquelas dos sujeitos americanos para a categoria **Animal** diz respeito aos dois níveis distintos sob os quais este conceito foi incluído na taxonomia. Enquanto alguns dos sujeitos americanos conceituaram Animal como qualquer ser vivo excetuando-se os vegetais, outros limitaram o conceito Animal a criaturas terrestres (Markovitz, 1977 p. 109). Os sujeitos brasileiros, por outro lado, consistentemente favoreceram a primeira conceituação. Para todos eles, a categoria **Animal** incluía todas as coisas vivas que não fossem vegetais, que podiam mover-se e serem vistas a olho nu. Esta visão mais abrangente da categoria pode se ligar ao fato de que todos os sujeitos brasileiros que tomaram parte no estudo eram universitários e vinte dos trinta sujeitos já eram formados. Assim, ao que parece eles estavam quer intencionalmente quer inconscientemente permitindo que suas definições para a categoria fossem influenciadas pelas

duas amplas divisões da taxonomia científica que classificam categorias naturais de seres vivos ou dentro do reino animal ou dentro do reino vegetal. É interessante notar, contudo, que embora este tenha sido o caso, e embora todos os sujeitos tenham incluído nas suas definições outros sub-conjuntos de coisas vivas tais como **Insetos**, **Répteis** e **Pássaros**, no sentido mais abrangente do superordenado **Animal**, o termo de fato parece estar fortemente associado a um significado imediato mais típico, i.e. o que inclui criaturas terrestres quadrúpedes. Isto tornou-se evidente quando declarações taxonômicas foram, as vezes, usadas para expressar a não filiação dos membros da categoria considerados piores exemplares. Por exemplo, para quatro dos sujeitos, cobras não deveriam realmente ser consideradas animais devido à falta de pernas. Tais sujeitos empregaram declarações taxonômicas negativas tais como “acho que cobras não são realmente animais”, muitas vezes seguidas de um explicação do tipo “porque elas não têm pernas” para expressarem a não filiação do item na categoria.

BEBIDA

Assim como no estudo de Markovitz (op. cit.), forma e consistência são dois atributos típicos associados ao sentido do conceito **Bebida**. Dessa forma, **Bebidas** foram sempre caracterizadas como demonstrando consistência não-rígida. Os melhores exemplares da categoria eram, portanto, aqueles mais fluídos. Sopa foi, portanto, muitas vezes eliminada da categoria pelo fato de apresentar, por vezes, consistência não fluída. Vários sujeitos brasileiros não concordaram em incluir sopa na categoria **Bebida**, pois segundo eles “devido à textura, sopa é mais alimento sólido.”

A relação entre membro da categoria e função associada, conforme expressa pela relação que veicula propósito (**For** relation) no modelo utilizado, expôs, assim como no estudo de Markovitz (op. cit.), que o não cumprimento de uma função tipicamente associada com membros da categoria, é razão importante para se rejeitar ou considerar-se alguns membros como bastante atípicos. Certos membros da categoria **Bebida**, foram assim rejeitados da categoria devido à sua inabilidade de desempenhar as funções da categoria. Sopa e leite foram assim considerados membros pobres da categoria **Bebida** ou foram eliminados da categoria porque eles não matam a sede como devem as bebidas.

Uma diferença interessante entre as definições dos sujeitos brasileiros e dos sujeitos americanos para a categoria **Bebida** prende-se ao fato de que, diferente do que acontece no contexto socio-cultural americano onde todos os líquidos que se ingere para matar a sede e/ou como alimento são considerados bebidas, há, na no caso da cultura brasileira, um sentido mais imediato do termo que o restringe primariamente à bebidas alcoólicas. Assim, para a maioria dos sujeitos brasileiros, **Bebidas** eram essencialmente de natureza alcoólica. Itens como cerveja, whisky e cidra foram, assim, frequentemente mencionados como membros centrais da categoria. Neste respeito, é interessante notar que alguns

brasileiros relataram que bebidas alcoólicas foram os primeiros itens nos quais pensaram quando a categoria foi elicitada. Por outro lado, houve sujeitos que não permitiram que este sentido saliente influenciasse suas definições, para tais tanto bebidas alcoólicas quanto bebidas em geral eram igualmente bons membros da categoria.

BRINQUEDO

A categoria **Brinquedo** difere da maioria das outras categorias usadas no presente estudo. Isto se dá, porque ao contrário do que acontece com as outras categorias, o conceito do que constitui um brinquedo ou quais os atributos um objeto deve exibir para compartilhar um grau de filiação na categoria é em grande parte uma questão de experiência pessoal. Evidência do que acabamos de afirmar pode ser vista na indecisão ou incerteza por vezes demonstradas pelos sujeitos brasileiros ao definirem esta categoria. Enquanto os conceitos associados com categorias tais como **Árvore**, **Animal**, **Tempero**, pareciam ser, mais ou menos, igualmente partilhados entre meus sujeitos, eles nem sempre concordavam quanto ao que constituía um brinquedo. Certamente, o fato de que a maioria dos sujeitos participantes do estudo eram adultos com mais de vinte anos pode ter contribuído para estabelecer uma certa lacuna entre estes e a categoria. Neste respeito, três dos sujeitos relataram que para alinharem os vários itens incluídos sob o rótulo da categoria desde o mais representativo até o menos representativo, tiveram primeiro que pensar nos brinquedos de seus filhos.

Por outro lado, a estrutura conceitual da categoria **Brinquedo** parece ser, em grande parte, compartilhada pelos dois grupos de sujeitos. Por exemplo, pelas suas definições e expressões, tanto os brasileiros quanto os americanos demonstraram que a fronteira da categoria **Brinquedo** não é rígida. Assim, os dois grupos concordaram que dependendo da existência e complexidade de regras e senso de competição, **Brinquedo** pode passar a ser considerado **Esporte** e dependendo da idade do grupo envolvido, podem ser vistos mais como **Hobbies** ou **Passatempo**.

Tamanho foi também, aparentemente, um atributo central para a definição do conceito brinquedo. Quanto menor for algo, mais tipicamente será considerado brinquedo. Por exemplo, devido ao tamanho, vários sujeitos rejeitaram o item balanço da categoria, considerando-o como **Equipamento**, ou **Instrumento**.

CONCLUSÃO

Os resultados do estudo, brevemente considerados no presente trabalho, indicam que as relações semânticas incluídas no nível dois do modelo utilizado foram usadas tanto pelos brasileiros quanto pelos americanos na definição e descrição dos vários itens incluídos nas categorias investigadas. Embora os dois grupos de sujeitos tenham por vezes, demonstrado um comportamento correspondente em suas definições, certos fatores culturais aparentemente delimi-

taram e governaram a frequência e o uso de algumas dessas relações. Os resultados da análise apontem, assim, para uma estreita correspondência lingüística e, por vezes, conceitual nos comportamentos dos dois grupos, ao mesmo tempo que apontam para o fato de que peculiaridades específicas à cultura também existem, o que destaca a insuficiência da visão clássica tradicional da formação de conceitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATTIG, W. F. e Montague, W. E. (1969). "Category Norms for Verbal Items in 56 Categories: A Replication and Extension of the Connecticut Categories Norms." *Journal of Experimental Psychology Monograph*. Vol. 80, n.º 3 Part 2, 1-46.
- DE MACÊDO, A. C. P. S. (1995). *A Cross-Cultural Analysis of Some Fuzzy Semantic Categories Using English-speaking and Portuguese-speaking Subjects*. Unpublished Ph. D. Thesis. University of Leeds. U.K.
- EYSENCK, M. e Keane, M. (1994). *Psicologia Cognitiva. Um Manual Introdutório*. Artes Médicas. Porto Alegre.
- MALT, B. (1990). "Features and Beliefs in the Mental Representation of Categories." *Journal of Memory and Language*. Vol. 31, 195-217.
- MARKOVITZ, J. A. (1977). *A Look at Fuzzy Categories*. Unpublished Ph.D. dissertation. Northwestern University. U.S.A.
- MURPHY, G. L. e Medin, D. L. (1985). "The Role of Theories in Conceptual Coherence." *Psychological Review*. Vol. 92, n.º 3, 289-316.
- Novo Michaelis - Dicionário Ilustrado** (1982).
- Oxford Advanced Learner's Dictionary** (1994).
- Richards, D. D. (1988). "Dynamic Concepts and Functionality: The Influence of Multiple Representations and Environmental Constraints on Categorization." *Human Development*. Vol. 31, n.º 1, 11-19.
- ROSCH, E. (1973). "On the Internal Structure of Perceptual and Semantic Categories." *Cognitive Development and the Acquisition of Language*. 111-144. Editado por T. Moore. New York: Academic Press.
- ROSCH, E. (1975). "Cognitive Representations of Semantic Categories." *Journal of Experimental Psychology*. Vol. 104, 192-233.
- ROSCH, E. (1978). "Principles of Categorization." *Cognition e Categorization*. Editado por E. Rosch e B. Lloyd. Hillsdale, N. J. Lawrence Erlbaum Associates.
- ROSCH, E. e Mervis, C. (1975). "Family Resemblances: Studies in the Internal Structure of Categories." *Cognitive Psychology*. Vol. 7, 573-605.
- ROSCH, E., Simpson, C. e Miller, R. S. (1976) "Structural Basis of Typicality Effects." *Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance*. Vol. 2, n.º 4, 491-502.